

# Progressismo

26/7 ABR 1966

**A** posição oficial do partido é “pela derrubada do voto”. Esta frase, perturbadora, foi proferida pelo líder do PMDB na Câmara horas antes da votação que, afinal, manteve o voto ao autógrafo de lei do salário mínimo. Raciocinemos, porém, em torno do que a frase significa.

A elevação do salário mínimo, a partir de abril, para 139 cruzados (cento e vinte por cento a mais de uma só vez) significaria, no primeiro momento, a imploração do Plano Verão e a hiperinflação. Já no dia seguinte os empresários desafiariam a lei do congelamento porque tão brutal aumento de custos é incompatível com uma situação de preços congelados.

Todo o sistema previdenciário brasileiro implodiria também. Os benefícios e pensões que o sistema paga sofreriam um golpe adicional de 15 bilhões de dólares por ano, levando à bancarrota a previdência social.

Os estados e municípios, já deficitários, veriam tornar-se inadministráveis as suas folhas de pagamento, resultando inócuo o esforço constituinte em dotá-los de autonomia financeira.

Sem emoção alguma, como se estivesse praticando a decisão mais natural do mundo, a liderança do PMDB aceitou os riscos de sucumbir o País no caos para não falhar com a sua imagem “progressista”. É isto o que se espera de um parti-

do e de uma liderança parlamentar responsáveis?

Todas as pessoas razoáveis sabem que um salário mínimo de 63 cruzados novos é insuficiente para os seus fins, mas igualmente sabem que salário não aumenta por lei mas por trabalho. Não pode haver aumento de salário inexistindo aumento de produtividade, porque, neste caso, não haverá renda para pagá-lo. Isto é elementar em economia, embora incompreensível no Brasil.

Deveremos buscar, como meta nacional proeminente, o aumento real do salário mínimo, até por ser ele necessário à expansão do mercado interno e, portanto, ao crescimento econômico. Mas não se pode conceder aumentos reais de 120 por cento de um mês para o outro em nenhuma economia do mundo porque ela se desorganiza.

A liderança do PMDB sabe disso perfeitamente tanto que, em fins de dezembro, rejeitou proposta menos onerosa do que a que pretendia aprovar agora, justamente por considerá-la desorganizadora da economia. Se não era possível em dezembro, por que se teria tornado possível em abril?

Acautele-se essa geração de políticos. A opinião pública sabe distinguir perfeitamente uma posição doutrinária consistente de uma demagogia barata. E sabe dar respostas no momento certo.